

ENERGIA ON-LINE

Edição 66

ENASE 2006: ALACIR BORGES FALA SOBRE LICENCIAMENTO E COMPENSAÇÃO AMBIENTAIS, ALERTANDO AINDA SOBRE OS OBSTÁCULOS APRESENTADOS PELO PNAP

A coordenadora do Comitê de Meio Ambiente da ABCE, Alacir Borges Schmidt, destacou os principais entraves vividos pelas direções das empresas do setor de energia no âmbito ambiental em palestra realizada no 3º Enase - Encontro Nacional de Agentes do Setor Elétrico, que aconteceu em São Paulo entre os dias oito e nove de agosto.

Ela citou as condicionantes ligadas às licenças ambientais, o aumento pretendido pelos órgãos licenciadores para o índice de compensação ambiental e a criação do Plano Nacional de Áreas Protegidas (PNAP) como pontos frágeis que já trazem e tendem a aumentar os riscos que geram até mesmo a inviabilidade de implementação dos empreendimentos na área.

Planejamento conjunto fortalece as posições do setor – A coordenadora explicou, atendendo a questionamentos feitos em palestras anteriores, que o segmento já se mobiliza de forma conjunta, por meio do Fórum de Meio Ambiente do Setor Elétrico, que reúne 10 associações ligadas à geração, transmissão e distribuição de energia elétrica no país. “O objetivo é alcançar uma articulação forte junto às esferas do governo para que as decisões na área ambiental não sejam tomadas isoladamente, o que tornaria inviável a expansão da geração, transmissão e distribuição de energia elétrica. Isso fica evidente no caso da criação de áreas protegidas sem que se considere a necessidade do aproveitamento hidráulico para a geração de energia”.

A advogada apontou que para evitar a judicialização dos processos é possível fazer uso de recursos administrativos, pedindo o reexame das condicionantes da licença ambiental que são indevidas. “Há casos em que houve modificação das exigências consideradas despropositas ou que não tinham nenhuma relação com o projeto a ser aprovado”, define, descrevendo que os processos administrativos são avaliados por três diferentes instâncias governamentais,

aumentando as chances de solução dos casos por parte dos órgãos que emitem as licenças.

Plano Nacional de Áreas Protegidas (PNAP) – Para apontar as crescentes dificuldades em implementação de novos projetos na área de geração de energia, a coordenadora do Comitê de Meio Ambiente da ABCE destacou o PNAP, que afetará as oportunidades futuras de exploração do potencial energético nacional. “Nas áreas protegidas, a serem definidas por força do decreto 5.758, de 13/04/2006, ficará proibida a realização de estudos de viabilidade de qualquer empreendimento do setor elétrico. É preciso que o setor faça também reserva das disponibilidades hídricas para garantir a possibilidade de futuros empreendimentos voltados à geração e transmissão”. Alacir também aproveitou a oportunidade para alertar aos agentes do setor que o índice de 0,5% para a compensação ambiental, aplicado às empresas de energia desde 1987, é suficiente para criar unidades de conservação.

Produção e edição Navigators Press

Juliana de Moraes/ Gerson Areas

Tel: (11) 3813-7528